

Evolução da divulgação de informações contábeis de natureza ambiental e social: o caso da Natura

FLÁVIA SILVA ROSA (UFU) - flavinha-rosa@hotmail.com

Denise Mendes da Silva (FACIC) - denysemendes03@gmail.com

Resumo:

As empresas de capital aberto divulgam, periodicamente, relatórios financeiros com o propósito de informar o desempenho operacional e de seus investimentos aos usuários interessados. Diante de uma crescente discussão acerca da sustentabilidade e dos impactos que as atividades empresariais podem causar no meio ambiente e na sociedade, tem-se incentivado a divulgação de informações de natureza social e ambiental, como aquelas contidas no Balanço Social, no Relatório de Sustentabilidade padrão da Global Reporting Initiative (GRI) e no Relato Integrado. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa foi analisar a evolução dos relatórios contábeis de natureza ambiental e social no período compreendido entre os anos de 2001 e 2018, por meio de um caso específico, o da Natura, companhia pioneira na divulgação desse tipo de informação. A principal contribuição da pesquisa é ampliar as discussões acerca da evolução dos relatórios de caráter socioambiental, tomando por base uma empresa referência em sustentabilidade e considerando a análise de três principais relatórios: Balanço Social, indicadores GRI e Relato Integrado. Por meio de uma análise documental, com abordagem quantitativa, verificou-se que a companhia Natura publica, além de relatórios financeiros obrigatórios, relatórios adicionais de maneira voluntária, procurando melhorar a transparência. A companhia apresentou, nos últimos anos do período em análise, indicadores GRI e relatórios mais completos, ao adotar padrões do International Integrated Reporting Council (IIRC) com a divulgação do Relato Integrado.

Palavras-chave: Evolução; Relatórios Contábeis; Informações Socioambientais.

Área temática: Contabilidade para Usuários Externos

EVOLUÇÃO DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DE NATUREZA AMBIENTAL E SOCIAL: O CASO DA NATURA

As empresas de capital aberto divulgam, periodicamente, relatórios financeiros com o propósito de informar o desempenho operacional e de seus investimentos aos usuários interessados. Diante de uma crescente discussão acerca da sustentabilidade e dos impactos que as atividades empresariais podem causar no meio ambiente e na sociedade, tem-se incentivado a divulgação de informações de natureza social e ambiental, como aquelas contidas no Balanço Social, no Relatório de Sustentabilidade padrão da *Global Reporting Initiative* (GRI) e no Relato Integrado. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa foi analisar a evolução dos relatórios contábeis de natureza ambiental e social no período compreendido entre os anos de 2001 e 2018, por meio de um caso específico, o da Natura, companhia pioneira na divulgação desse tipo de informação. A principal contribuição da pesquisa é ampliar as discussões acerca da evolução dos relatórios de caráter socioambiental, tomando por base uma empresa referência em sustentabilidade e considerando a análise de três principais relatórios: Balanço Social, indicadores GRI e Relato Integrado. Por meio de uma análise documental, com abordagem quantitativa, verificou-se que a companhia Natura publica, além de relatórios financeiros obrigatórios, relatórios adicionais de maneira voluntária, procurando melhorar a transparência. A companhia apresentou, nos últimos anos do período em análise, indicadores GRI e relatórios mais completos, ao adotar padrões do *International Integrated Reporting Council* (IIRC) com a divulgação do Relato Integrado.

Palavras-chave: Evolução; Relatórios Contábeis; Informações Socioambientais.

Área temática do evento: Contabilidade para Usuários Externos.

1 INTRODUÇÃO

Os gestores necessitam de informações concisas acerca de questões éticas, sociais e ambientais para que seja possível uma tomada de decisão sustentável. Ribeiro (2012) aponta que a Contabilidade sofre influências sociais, ambientais e econômicas e, assim, tem-se a necessidade de informações gerenciais para que se tenha entendimento dos impactos das empresas quanto à sustentabilidade. Diante disso, existem diferentes relatórios socioambientais que atendem a diversos tipos de negócios, visto que as atividades das empresas devem estar alinhadas a um desenvolvimento sustentável (RODRIGUES; DUARTE, 2011).

Perottoni (2002) aponta que a evolução quanto às finalidades do balanço para somente uma tomada de decisão de gestores passou para atender as necessidades de informação também de comunidades, trazendo, então, o relacionamento das empresas no meio em que está inserida, ou também chamada de responsabilidade social. Nesse sentido, surgiu o Balanço Social, como forma de evidenciar a responsabilidade social das empresas, tendo um papel fundamental na divulgação de informações sobre os impactos de suas atividades perante a comunidade em que está inserida (PEROTTONI, 2002).

O Balanço Social no modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), uma organização de cidadania ativa, sem fins lucrativos, foi desenvolvido nos anos 1980 com a principal finalidade de tornar pública a responsabilidade social das empresas, apontando questões entre a empresa, sociedade e meio ambiente. Definido como um modelo de demonstrativo que aponta informações sobre benefícios, ações sociais para os empregados, investidores e também à comunidade, o Balanço Social serve, ainda, de instrumento estratégico de exercício de responsabilidade social corporativa (IBASE, 2018).

Trevisan (2002) argumenta que cada vez mais as empresas sentem responsabilidade por esclarecer sua relação com seus funcionários, fornecedores, investidores, comunidade e meio ambiente. Além disso, os consumidores também estão atentando-se quanto à atuação das empresas perante seus produtos e serviços prestados, e isso faz com que o Balanço Social seja utilizado pelas companhias como um instrumento estratégico também de *marketing*.

Madalena et al. (2016) explicam que, no Brasil, a evidenciação ambiental não é obrigatória por lei, mas que a *Global Reporting Initiative* (GRI) atua como uma organização que tem como objetivo estabelecer padrões para relatórios de caráter social, ambiental e econômico. Dessa forma, a GRI surgiu com o objetivo de auxiliar entidades na elaboração dos *disclosures* voluntários, definindo padrões globais de relatórios de sustentabilidade (FREITAS; FREIRE, 2017).

A GRI auxilia empresas e governos a divulgar impactos acerca de sustentabilidade e, também, bem estar social, permitindo a comunicação de seus benefícios sociais, ambientais e econômicos. Além disso, o órgão desenvolve Padrões de Relatórios de Sustentabilidade – Padrões GRI – contribuindo para partes interessadas, sendo também disponibilizados ao público. Assim, os padrões GRI são referência confiável para reguladores em todo o mundo, além de serem projetados para serem utilizados em qualquer tipo de organização, contribuindo para seu desenvolvimento sustentável (GRI, 2018).

Com a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS) por mais de 140 países ao redor do mundo, surgiu a necessidade de se empregar uma linguagem contábil global para comunicação entre as empresas e os países. Apesar de se ter padrões nos relatórios contábeis, pesquisadores da área de sustentabilidade vem se mostrando preocupados quanto à convergência ao IFRS, incluindo indicadores de aspectos sociais e ambientais (CARVALHO; KASSAI, 2014).

Com isso, o *International Integrated Reporting Council* (IIRC) criou uma estrutura de Relato Integrado mundialmente aceita (ERNEST YOUNG, 2014). O relato integrado tem o objetivo de aperfeiçoar a comunicação de criação de valor, evoluir relatórios corporativos e contribuir para o desenvolvimento sustentável (IIRC, 2018). Conforme Carvalho e Kassai (2014), englobar relatórios contábeis com o Relato Integrado seria uma alternativa promissora, pois as empresas criariam valor para acionistas, baseadas em diferentes tipos de capitais e alternativas de negociação.

A partir da existência desses relatórios contábeis, que englobam aspectos ambientais e sociais, alguns estudos foram desenvolvidos para analisá-los sob várias perspectivas, tais como: Ferreira et al. (2009), que investigaram a contabilidade no gerenciamento de informações socioambientais, considerando o Balanço Social e os indicadores do GRI; Ribeiro (2012), que promoveu uma reflexão sobre a Contabilidade Ambiental e suas aplicações na pesquisa contábil; Fragalli et al. (2014), que identificaram as restrições e os benefícios de se utilizar o Relato Integrado em uma propriedade agrícola; Di Domenico, Tormem e Mazzioni (2017), que analisaram o nível de *disclosure* nos relatórios de empresas listadas na BM&FBovespa em conformidade com o GRI; e Freitas e Freire (2017), que discutiram a estrutura do Relato Integrado e apontaram que ele não determina indicadores de desempenho ou métodos de mensuração, visto que ele não tem o objetivo de ser um novo tipo de relatório, mas sim, integrar e alinhar informações de relatórios já existentes.

Contudo, estudos que consolidem a trajetória de evolução dos mecanismos de mensuração e evidenciação de aspectos de natureza ambiental e social, por meio dos relatórios contábeis, são escassos, notadamente aqueles que vinculam tal evolução a um caso prático empresarial, como por exemplo, a Natura Cosméticos S.A.

Conforme informações divulgadas pela Natura, em seu site, a companhia, nos anos 1990, apoiou a criação do Instituto Ethos, que articula empresas em torno do desenvolvimento sustentável no país. Em 2001, foi a primeira empresa brasileira a publicar relatório anual de acordo com a GRI. A Natura também foi a primeira empresa da América Latina a contabilizar, em recursos financeiros, os efeitos do negócio e suas consequências finais para a sociedade e o meio ambiente, por meio da metodologia de contabilidade ambiental *Environmental Profit and Loss Accounting* (EP&L). Essa metodologia consiste em uma análise profunda de todas as etapas de vida dos produtos da companhia, desde a extração de matérias-primas até o descarte de resíduos.

Diante desse contexto, o objetivo desta pesquisa é analisar a evolução de informações contábeis de natureza ambiental e social por meio do exame de um caso específico, o da Natura, companhia pioneira na divulgação desse tipo de informação. O presente estudo se diferencia dos anteriores observados, no sentido de discutir acerca da evolução dos relatórios de caráter socioambientais em uma empresa referência em sustentabilidade, considerando a análise de três principais relatórios: Balanço Social, indicadores da GRI e Relato Integrado.

Desse modo, justifica-se a realização desta pesquisa, considerando a relevância do tema na área de negócios, pois as empresas atuam utilizando recursos humanos e naturais, muitas vezes, sem levar em conta os impactos de suas atividades no meio ambiente e na sociedade. Além disso, a pesquisa busca contribuir com a conscientização de pesquisadores e interessados na informação financeira quanto à relevância da discussão acerca da responsabilidade social e ambiental das organizações.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Evidenciação de informações de natureza social e ambiental

O crescimento dos negócios e sua globalização favoreceram a deterioração do meio ambiente e da sociedade. As empresas que atuam em competitividade vem se desenvolvendo com a criação de novos negócios mais flexíveis, criativos e inovadores, sem se preocuparem com os impactos na sociedade (RODRIGUES; DUARTE, 2011).

De acordo com Carvalho e Kassai (2014) as empresas precisaram começar a levar em consideração nas suas decisões as dimensões ambientais, sociais e culturais, além dos aspectos econômicos. Nesse sentido, Carvalho (1991) destaca que o contabilista, adicionalmente aos comportamentos e atitudes que ele possui como elementos chave, também deve combinar contabilidade e ecologia, pois isso posiciona este profissional quanto à divulgação de informações.

O Balanço Social é um dos primeiros relatórios contábeis desenvolvidos para evidenciar aspectos socioambientais. Segundo Perottoni (2002) o Balanço Social surgiu na década de 1960 com a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas, que começaram a discutir sobre a responsabilidade das empresas sobre questões sociais. O primeiro a ser publicado no Brasil, foi o da FEMAQ S.A. de São Paulo, no ano de 1982.

No ano de 1986, o Comitê de Divulgação do Mercado de Capitais apoiou o Balanço Social para o mercado de capitais de forma setorial. Em 1991, algumas empresas publicaram o Demonstrativo de Valor Adicionado, mas o Banco do Estado de São Paulo (Banespa) foi a primeira empresa que publicou um relatório completo, divulgando sua atuação na sociedade e questões trabalhistas. A partir do ano de 1993, diversas companhias começaram a publicar o Balanço Social, o qual continha informações sobre a empresa, os empregados, os encargos sociais, tributos, educação, saúde, alimentação, segurança, lazer, transporte, dentre vários outros benefícios aos empregados e investimentos em meio ambiente (PEROTTONI, 2002).

Ribeiro et al. (2017) apontam que as empresas, principalmente as de capital aberto, vem se preocupando com a divulgação de seus investimentos no meio ambiente e com a sustentabilidade por meio da contabilidade ambiental. Os autores também destacam que essa prática vem sendo evidenciada devido à necessidade de preservação do meio ambiente e boas práticas de governança corporativa empregadas nos ambientes interno e externo das empresas, reforçando ainda mais o papel da contabilidade ambiental.

Os *stakeholders*, acionistas, entre outros, estão cada vez mais exigindo da contabilidade ambiental, de maneira que seja utilizada como ferramenta útil e válida para apontar as ações dos gestores para o crescimento sustentável das empresas. Devido à essa cobrança, a contabilidade ambiental pode ser utilizada como ferramenta de gestão para a tomada de decisão (RIBEIRO et al., 2017).

Ribeiro (2012) afirma que mesmo na ausência de tecnologia segura para mensurar e identificar aqueles eventos que possuem impacto quanto à atuação da empresa em relação a aspectos socioambientais, bem como o nível de sustentabilidade da sua atividade, esses itens devem ser apontados, pelo menos, em relatórios de sustentabilidade, para que seja possível observar o quanto representa de seu patrimônio ou resultado. Assim, esses relatórios deveriam ser instrumentos para captação de recursos para melhoria e também para buscar benefícios fiscais junto ao governo.

Apesar da importância da contabilidade ambiental para a tomada de decisões corporativas, esta não está incluída nas demonstrações contábeis de empresas listadas,

conforme observaram Carvalho e Moraes (2015). Tais autores verificaram a inexistência de registros nas demonstrações contábeis e reforçaram que os aspectos ambientais só são apontados e divulgados em relatórios anuais ou outros relatórios específicos, em sites e canais internos de comunicação e em balanços sociais.

Pereira et al. (2017) mencionam que informações acerca de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade empresarial são importantes para os *stakeholders*, pois estão ligadas à imagem da empresa no mercado. Tais autores pesquisaram o nível de *disclosure* de empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, entre 2013 e 2014 e verificaram que as empresas possuem alto nível de *disclosure*, divulgando informações sobre política ambiental, sistemas de gerenciamento ambiental e educação, pesquisa e treinamento, apenas nos Relatórios Anuais.

Diante do exposto, depreende-se que as empresas não seguem um padrão de divulgação para informações de natureza ambiental e social, que as referidas informações não compõem as demonstrações contábeis e são encontradas em relatórios diversos. De certa forma, isso complica o acesso às informações pelos usuários interessados, bem como a comparabilidade das informações. A utilização de padrões de divulgação facilita esse acesso e pode melhorar a comparabilidade. Uma alternativa para as empresas, então, é elaborar relatórios no padrão GRI.

2.2 Relatório GRI

A GRI é pioneira no que diz respeito a desenvolver definições para relatórios de sustentabilidade. Ela define princípios e indicadores que são utilizados pelas empresas para mensurar e divulgar, voluntariamente, seus desempenhos econômico, social, ambiental e de governança, tais como: compromisso com os *stakeholders*, segurança e saúde do colaborador, condições de trabalho, políticas públicas, conflitos ambientais, dentre outros. Isso, então, estimula visualizar os impactos dos negócios e supervisionar os assuntos relacionados à sustentabilidade (CARVALHO; KASSAI, 2014).

Faria e Nogueira (2012) explicam que a GRI foi fundada em 1997 como uma organização que baseia-se em um desenvolvimento sustentável. A GRI criou uma estrutura para relatórios de sustentabilidade para empresas, considerando três principais dimensões: econômica, social e ambiental.

Desde os anos 2000, a GRI fornece modelos de relatórios de sustentabilidade que liguem as dimensões anteriormente citadas, com o objetivo de fornecer comparabilidade e flexibilidade aos relatórios (BASETTO, 2010). Segundo Gasparino e Ribeiro (2007), as diretrizes da GRI organizam o relatório de sustentabilidade classificando-o em desempenho econômico, ambiental e social, reforçando que a sustentabilidade só é alcançada se passar pelos três termos. Além disso, o órgão recomenda que se divulgue informações sobre a visão estratégica da organização, o perfil organizacional, estrutura de governança e sistemas de gestão, sumário de conteúdo da GRI e indicadores de desempenho. Com isso, alguns estudos foram desenvolvidos, no sentido de analisar a efetividade da divulgação no modelo GRI.

Dias et al. (2014) tiveram o objetivo de verificar a presença de isomorfismo entre relatórios anuais e de sustentabilidade de empresas de mineração. Eles apontaram que não foi identificada a presença de isomorfismo nos indicadores ambientais e do modelo GRI, e pode se justificar o fato devido à distorções de informações ambientais, que dificultam a análise por parte de gestores e investidores.

Por outro lado, Lugoboni et al. (2015) investigaram os indicadores de desempenho do GRI e as práticas sustentáveis de empresas de energia elétrica listadas na BM&FBovespa. Eles verificaram que grande parte dos relatórios se mostram bem elaborados, claros e completos.

Além disso, ao se considerar indicadores ambientais, existem itens menos evidenciados, como os itens de direitos humanos, por exemplo. Indicadores trabalhistas também não tiveram grande destaque nos relatórios das empresas analisadas pelos autores.

Por sua vez, Quilice e Caldana (2015) analisaram aspectos negativos do modelo GRI, considerando a opinião de funcionários que são responsáveis pela sua elaboração em diversas empresas entre 2011 e 2013. Os autores mostraram que os respondentes consideraram que as empresas têm dificuldade no entendimento do modelo, o qual afirmam ser complexo, ambíguo e flexível, o que prejudica a comparabilidade.

Nessa linha de raciocínio, com o objetivo de verificar o nível de *disclosure* nos relatórios de sustentabilidade de empresas listadas na BM&FBovespa que seguem o padrão GRI, Di Domenico, Tormem e Mazzioni (2017) verificaram que, quanto mais as informações são complexas, mais o nível de divulgação e evidenciação das empresas, com relação aos indicadores de sustentabilidade, é reduzido. Os autores apontaram, ainda, que o item de utilidade pública é o mais divulgado no GRI, destacando que os relatórios precisam de transparência.

Esses estudos denotam que são muitas as variáveis que podem impactar o processo de divulgação por parte das empresas. Desse modo, Ambrozini (2017) teve o objetivo de verificar se a estrutura de governança corporativa das empresas, o ambiente institucional legal e pressões de acionistas e credores influenciam a utilização de padrões de divulgação de informações socioambientais voluntárias amplamente aceitos (i.e., GRI). Essa autora encontrou que a estrutura de governança corporativa se apresenta como fator relevante para utilização desses padrões de divulgação. O ambiente institucional legal não se apresentou significativo, enquanto as pressões exercidas por credores e acionistas apresentaram-se relevantes na decisão de utilizar o padrão de divulgação GRI.

Considerando a evolução dos relatórios de sustentabilidade e seus padrões sugeridos, bem como a possibilidade de divulgar informações em relatórios distintos, a discussão do tópico a seguir se refere ao Relato Integrado, uma proposta para integrar questões sustentáveis e criação de valor.

2.3 Relato Integrado

Segundo Alves et al. (2017), o IIRC foi a entidade que estruturou o Relato Integrado, considerando toda a evolução dos relatórios corporativos da década de 1960, dos relatórios de governança corporativa e de sustentabilidade dos anos 1980 e, a partir dos anos 2000, o relatório da administração. Como estes relatórios são publicados separadamente, o Relato Integrado surgiu no sentido de se tornar um conjunto único de informações.

O Relato Integrado não é um relatório meramente formado de um conjunto de relatórios contábeis unidos com os de sustentabilidade, mas sim, entendido como um processo de harmonização de sistemas de gestão organizacional e da comunicação das empresas. Dessa forma, para que ocorra uma adaptação, é preciso que empresas e profissionais respeitem a natureza e a sociedade, mudando as atitudes de seus membros administrativos para que incluam o conceito de criar valor sustentável para toda a organização (CARVALHO; KASSAI, 2014). Para extinguir aquelas informações ambíguas e inconsistentes, o Relato Integrado tem o objetivo de propor conteúdos interligados em uma linguagem clara, que destaca a criação de valor, ou seja, as informações financeiras, devem estar associadas à essa integração (ECCLES; KRZUS, 2011).

Segundo Carvalho e Kassai (2014) e a Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado (2013), o Relato Integrado é um processo de gestão e controle que resulta em

comunicação e criação de valor e comunicação baseada em estratégia, governança e desempenho. Além disso, deve abordar o foco estratégico, informações conectadas, responsabilidade de partes interessadas, materialidade, confiabilidade, consistência e comparabilidade, considerando os capitais natural, humano, social, intelectual, manufaturado e financeiro.

De acordo com o estudo da EY (2014), o Relato Integrado pode aumentar a eficácia e o desempenho de divulgações de informações corporativas, pois proporciona uma visão ampla e, também, acerca do desempenho a longo prazo de uma organização. Além disso, o Relato Integrado melhora a quantidade de indicadores que apontam como as empresas se desempenham na sociedade, pois elas dependem do meio ambiente, de sua reputação, de competências humanas. Nessa perspectiva, o ponto principal do Relato Integrado é a criação de valor, pois as empresas utilizam ativos tangíveis e intangíveis para criar valor sustentável (EY, 2014). Os principais itens de um Relato Integrado são apresentados no Quadro 1:

Quadro 1 – Principais itens de um Relato Integrado

Componente	Definição
Modelo de negócio	Diz respeito à essência da empresa e os processos pelos quais o valor sustentável é criado.
Capitais tangíveis e intangíveis	O modelo de negócios e a estratégia vão apontar como os capitais serão convertidos em criação de valor e como podem ser medidos pelos principais indicadores de desempenho através dos capitais natural; social e de relacionamento; humano; intelectual; manufatureiro; e financeiro.
Principais indicadores de desempenho	Quantificar valores para que os investidores compararem as organizações e compreendam seu desempenho.
Gestão de risco e oportunidade	Garante a viabilidade do processo e alcança metas estratégicas de criação de valor.
Representação para valor	O valor criado por uma empresa se materializa em ativos tangíveis e intangíveis quando influencia os capitais de propriedade da organização.

Fonte: Elaborado com base em EY (2014).

Com o objetivo de apontar o conteúdo e a forma como é divulgada a criação de valor através de informações financeiras no Relato Integrado, a partir da publicação do Framework, em dezembro/2013, Alves et al. (2017) pesquisaram Relatos Integrados das empresas que participam do Programa Piloto (PP) no Brasil, em 2014 e 2015. O PP foi composto de empresas que testaram e experimentaram os conteúdos e aplicação prática do Relato Integrado. Os autores verificaram que houve uso limitado de alguns termos do Relato Integrado e a informação financeira de outros demonstrativos. Além disso, houve a verificação de conectividade de informações e comparabilidade (ALVES et al., 2017).

Ainda sobre as definições do Relato Integrado, Slewinski, Camacho e Sanches (2015) apontam que esse tipo de relatório colabora para diminuir a assimetria entre as demonstrações contábeis e os relatórios socioambientais. Assim, é uma ferramenta de *disclosure* para todos os usuários das demonstrações contábeis e, para que seja realmente integrado, deve abordar gestão e pensamento integrado de uma empresa (SLEWINSKI; CAMACHO; SANCHES, 2015).

Nesse sentido, Nascimento et al. (2015) investigaram os níveis de aderência de empresas nacionais aos indicadores-chave de desempenho de capitais não financeiros – que são restringidos em capital natural, humano, social e relacionamento e financeiro – dispostos no Relato Integrado. Os autores verificaram que as empresas, pertencentes a vários setores, não

estão adequadas aos modelos propostos pelo Relato Integrado, já que foi identificado que não apresentam um bom nível de aderência.

Cardoso, Silva e Silva (2017) pesquisaram o nível de aderência de instituições bancárias que integram bancos com maior volume de mercado no Brasil, frente aos indicadores-chave de desempenho de capital humano e financeiro. Os autores constataram que metade das instituições apresentaram nível alto de aderência para ambos os indicadores e, de acordo com a Teoria da Sinalização, empresas com boa performance procuram destacar seu desempenho pela divulgação de informações voluntárias.

Faria (2017) menciona, com relação a informações de responsabilidade social, que há várias formas de divulgação dos impactos e de desempenho de atividades das empresas, por elas próprias, no sentido do seu reflexo perante a comunidade em que está inserida. Desse modo, o autor demonstra que as empresas utilizam de linguagem escrita, não escrita, financeira e não-financeira, externa e interna, incluindo para algumas delas, trechos do Relato Integrado.

Pelos estudos mencionados, pode-se perceber que as empresas ainda estão em fase de adaptação quanto ao Relato Integrado, visto que esta é uma forma recente de divulgação de informações. Desse modo, é natural que as pesquisas acerca desse assunto ainda sejam incipientes e demonstrem, muitas vezes resultados contraditórios, notadamente ao se comparar diferentes empresas e tipos de negócios. No intuito de refletir o comportamento de uma companhia específica quanto à elaboração de relatórios de divulgação de informações socioambientais, propôs-se, no presente estudo, a análise do caso Natura.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se como quantitativa quanto à abordagem do problema, descritiva quanto aos objetivos e documental quanto aos procedimentos técnicos.

Para coleta e análise dos dados, verificou-se os Relatórios Anuais, Relatórios de Sustentabilidade e Relatórios da Administração publicados pela empresa, além do Relato Integrado, Relatório GRI e Balanço Social, quando disponíveis. O período de análise considerou os anos de 2001 a 2018. Os relatórios foram coletados na página institucional da empresa e também na página da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Diante disso, buscou-se observar como a empresa vem divulgando informações sociais e ambientais e em quais relatórios, além de verificar a evolução da divulgação de tais relatórios.

Para alcançar o objetivo delineado, inicialmente procedeu-se à análise de informações para promover uma caracterização da empresa alvo da pesquisa quanto aos aspectos relacionados ao meio ambiente e à sociedade. Na sequência, foram coletados dados que permitem identificar: (i) tipos de relatórios divulgados; (ii) características dos principais relatórios; (iii) evolução da divulgação de informações contábeis de natureza social e ambiental, por meio dos tipos de relatórios divulgados. A presente pesquisa limita-se à análise de um caso específico. Os resultados são apresentados na próxima seção.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Caracterização da empresa

Segundo a Natura (2019), a empresa foi fundada em 1969 e é a maior multinacional do Brasil no ramo de cosméticos. A companhia tem como atividade a venda de perfumes, maquiagens, cremes, shampoo entre outros, e, em 2004, abriu capital na Bolsa de Valores de

São Paulo. Ademais, destaca que baniu testes de produtos e de ingredientes em animais, além de lançar linhas de produtos com menos plástico.

A Natura enfatiza fortemente que cumpre a legislação ambiental, garantindo a diminuição de impactos de suas embalagens e reparação de eventuais acidentes. Adicionalmente, destaca que compartilha de responsabilidade ambiental entre seus colaboradores, desde a venda até fornecedores e consumidores finais. Dessa maneira, a empresa prioriza a melhora do seu desempenho com relação ao ambiente e à busca pela prevenção da poluição dos seus processos, produtos e serviços, através do uso de materiais recicláveis (NATURA, 2019).

A empresa prioriza causas de sustentabilidade, com o compromisso de transformar a sociedade e o mundo. Com relação à cadeia de valor, a Natura entende que gerar impacto social e ambiental é positivo, por isso, atenta-se ao cuidado desde a origem da matéria-prima até o descarte final dos produtos. Além disso, possui o projeto ‘Visão 2050’ no intuito de desenvolver produtos que disseminem práticas sustentáveis e divulgar, em relatórios, todas as metas de médio e longo prazo para isto. Por último, a empresa destaca que integra um grupo de nível internacional de empresas que relacionam crescimento econômico ao bem-estar social e ambiental (NATURA, 2019).

4.2 Evolução dos relatórios da Natura

Nesta seção é realizada uma discussão sobre a evolução nos relatórios da Natura, com relação a demonstrações financeiras e não financeiras que abordam e divulgam informações sociais e ambientais. Ao todo, foram analisados 26 tipos de documentos divulgados e coletados na página institucional da empresa e na CVM, quando não disponibilizados pela própria empresa. Foi considerado então, que diversos relatórios financeiros e não financeiros compunham esses 26 tipos de documentos. Dessa maneira, na Tabela 1 é apresentada a relação dos relatórios divulgados pela Natura entre os anos de 2001 e 2018, os quais se considera abordarem informações sociais e ambientais:

Tabela 1 – Relatórios divulgados pela Natura entre os anos 2001 a 2018

Relatórios divulgados	Total
Relatório da Administração	18
Demonstrações Financeiras	18
Relatório Anual de Responsabilidade Corporativa	1
Relatório Instituto Natura	2
Relatório de Sustentabilidade	1
Relato Integrado	5
Relatório GRI	18
Balanço Social	18

Fonte: CVM (2019) e Natura (2019).

De acordo com a Tabela 1, considerando os 26 documentos coletados, definidos para a análise desta pesquisa, no período de investigação (anos 2001 a 2018), foram divulgados os Relatórios da Administração, Demonstrações Financeiras, Relatório Anual de Responsabilidade Corporativa, Relatório Instituto Natura, Relatório de Sustentabilidade, Relato Integrado, Relatório GRI e Balanço Social, sendo que vários destes relatórios compunham um ou mais documentos.

Diante disso, nos 26 documentos analisados, considerando o período entre os anos 2001 e 2018, somente o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório GRI e o Balanço Social foram divulgados todos os anos, apresentando então, 18 relatórios em todos os anos (2001 a 2018).

Destaca-se que, dentre os documentos coletados, somente 1 Relatório Anual de Responsabilidade Corporativa e 1 Relatório de Sustentabilidade foram divulgados neste período, e houve a publicação de 2 Relatórios Instituto Natura. Por último, somente 5 Relatos Integrados foram divulgados pela empresa durante todo o período de análise.

Observando os documentos encontrados, percebe-se que os relatórios de divulgação financeira obrigatória para companhias de capital aberto foram divulgados em todos os anos. Entretanto, relatórios opcionais, que são publicados pela empresa de maneira voluntária, não foram encontrados em todos os anos do período analisado. Diante disso, dentre os relatórios divulgados pela Natura, na Tabela 2 são apresentadas as principais características apontadas pela empresa nestes relatórios com relação à informações ambientais e sociais:

Tabela 2 – Características principais dos relatórios

Relatório	Características
Relatório da Administração	Desempenho e iniciativas sociais e ambientais; meio ambiente, responsabilidade social; geração de valor econômico, social e ambiental.
Demonstrações Financeiras	Demonstrações obrigatórias e evidenciam, nas notas explicativas da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), aspectos sociais e ambientais.
Relatório Anual de Responsabilidade Corporativa	Desempenho e iniciativas ambientais e sociais, perfil dos colaboradores e meio ambiente.
Relatório Instituto Natura	Apoio em projetos educacionais com investimentos sociais da empresa.
Relatório de Sustentabilidade	Aponta ações sociais e ambientais com relação ao desenvolvimento sustentável pela empresa.
Relato Integrado	Integra Relatório de Sustentabilidade e financeiro; aponta perfil dos colaboradores, indicador de responsabilidade social, resultados econômicos, sociais e ambientais; dimensões do negócio: econômica e financeira, ambiental, social e de governança.
Relatório GRI	Indicadores econômicos, sociais e ambientais de clientes, distribuição geográfica de mercado, fornecedores, colaboradores, financiadores e acionistas, setor público, biodiversidade, emissões, efluentes e resíduos.
Balanço Social	Transparência em questões sociais e ambientais

Fonte: CVM (2019) e Natura (2019).

De acordo com a Tabela 2, com relação aos relatórios divulgados pela Natura nos documentos analisados, todos apontaram informações de caráter social ou ambiental. Em todos os Relatórios da Administração entre os anos 2001 a 2018, a empresa cita sobre o desempenho de suas operações perante ao meio ambiente, enfatizando sua responsabilidade social, além de indicar, em alguns anos, como em 2008, por exemplo, sobre a geração de valor social, econômico e ambiental.

Nas Demonstrações Financeiras, por sua vez, é apresentada a DVA e detalhada, em Notas Explicativas, a distribuição da riqueza gerada, e informações sociais e ambientais. Por outro lado, o Relatório Anual de Responsabilidade Corporativa foi divulgado em separado somente no ano de 2001, em que apontou o desempenho e iniciativas ambientais e sociais da

Natura, além de abordar de forma mais completa o perfil de seus colaboradores e sua relação com o meio ambiente.

O Relatório Instituto Natura foi divulgado em separado pela empresa nos anos de 2011 e 2012. Neste documento, a companhia comenta sobre o investimento de parte de seus lucros com uma linha específica de produtos em projetos educacionais, com parcerias do governo e de outras empresas, destacando, então, seus projetos sociais.

O Relatório de Sustentabilidade da empresa foi divulgado à parte em 2011 e define suas ações sociais e ambientais, de forma que destaca o desenvolvimento sustentável da Natura. Os relatórios de caráter ambiental e social divulgados pela companhia são publicados com base nos padrões GRI.

No que tange ao Relato Integrado, a Natura faz sua divulgação desde 2002, integrando informações financeiras e não financeiras, mas, somente a partir de 2014 ela juntou o Relatório de Sustentabilidade e o financeiro no padrão global do Relato Integrado, apresentando informações sociais e ambientais.

Nesse sentido, ela ainda publicou o Relatório GRI em separado somente nos anos entre 2011 e 2015, sendo que nos outros períodos divulga apenas os indicadores e faz breves comentários. Além disso, a Natura divulga todos os anos o Balanço Social, publicando sobre a transparência em questões ambientais. Nesse sentido, na Tabela 3 é apontada a relação da divulgação de informações sociais e ambientais durante o período analisado.

Tabela 3 – Relação da divulgação de informações sociais e ambientais

Ano	Relato Integrado	Relatório GRI	Balanço Social
2001	Não divulga	Divulga indicadores	Divulga
2002	Não divulga	Divulga indicadores	Divulga
2003	Não divulga	Divulga indicadores	Divulga
2004	Não divulga	Divulga indicadores	Divulga
2005	Não divulga	Divulga indicadores	Divulga
2006	Não divulga	Divulga indicadores	Divulga
2007	Não divulga	Divulga indicadores	Divulga
2008	Não divulga	Divulga indicadores	Divulga
2009	Não divulga	Divulga indicadores	Divulga
2010	Não divulga	Divulga indicadores	Divulga
2011	Não divulga	Divulga relatório completo	Divulga
2012	Não divulga	Divulga relatório completo	Divulga
2013	Não divulga	Divulga relatório completo	Divulga
2014	Divulga	Divulga relatório completo	Divulga
2015	Divulga	Divulga relatório completo	Divulga
2016	Divulga	Divulga indicadores	Divulga
2017	Divulga	Divulga indicadores	Divulga
2018	Divulga	Divulga indicadores	Divulga

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 3, com relação ao Relato Integrado, a Natura apresenta desde o ano de 2002, documentos de caráter integrado de relatórios financeiros e não financeiros e as

relações de causa e efeito entre esses temas. Além disso, a Natura menciona que estes relatórios inserem questões socioambientais utilizadas na tomada de decisão.

A empresa cita que divulga estes relatórios juntos desde 2002, mas somente em 2013 foi definido um padrão mundial de resultados e análise integrada de desempenho e a partir de 2014, a companhia aprimorou a forma dos relatórios já divulgados para seu modelo de negócios. Assim, a partir de 2014, a Natura divulgou o Relato Integrado incorporando a geração de valor em todos os aspectos do padrão IIRC. Além disso, a empresa destaca que faz parte do grupo de empresas do projeto piloto do IIRC e do conselho do IIRC. Assim, de acordo com Eccles e Krzus (2011), a integração dos relatórios abrangem uma linguagem clara, destacando a criação de valor.

O Relatório GRI foi divulgado durante todos os anos analisados. No entanto, somente entre os anos de 2011 e 2015 a Natura apresentou relatórios à parte com indicadores GRI e comentários mais completos. Ademais, indicadores GRI econômicos, sociais, ambientais, fornecedores, colaboradores, entre outros, eram apresentados em conjunto em Relatórios de Administração, Balanço Social e Relato Integrado. A empresa destaca, ainda, que integra o *Stakeholder Council* da GRI.

Esse achados denotam que, embora a empresa seja pioneira na divulgação de informações de natureza ambiental e social, que demonstre preocupação com a transparência desse tipo de informação e que siga padrões de divulgação, os usuários interessados podem ter dificuldades para encontrar informações específicas ou mesmo para compreendê-las, uma vez que são diversos os relatórios divulgados. Talvez essa dificuldade esteja na própria empresa, para elaboração dos relatórios. Tal fato pode ir ao encontro, por exemplo, do estudo de Quilice e Caldana (2015), os quais ressaltam aspectos negativos do modelo GRI, considerando que as empresas têm dificuldade no entendimento do modelo, em que apontam ser complexo, ambíguo e flexível, o que prejudica a comparabilidade das informações divulgadas.

Por último, a Natura divulga, desde de 2002, o Balanço Social e esclarece que a partir de 2004, o relatório passou a ser mais transparente a seus usuários, pois foi o período em que abriu capital na Bolsa de Valores de São Paulo. Assim, em consonância com indicadores GRI, os índices de desempenho ambiental abordam o uso de materiais, gasto de energia, consumo, reciclagem e reutilização de água, biodiversidade, emissão de efluentes, transportes, entre outros, além de apresentar indicadores sociais, que abordam questões de segurança e saúde no trabalho, treinamento e educação, diversidade, oportunidade e direitos humanos etc. Além disso, a empresa destaca que ganhou vários prêmios de melhor relatório de Balanço Social. Essa conduta pode estar alinhada às conclusões de Cardoso, Silva e Silva (2017), que afirmam que empresas com bom desempenho procuram destacá-lo pela divulgação de informações voluntárias.

Após analisar a evolução da divulgação de informações contábeis de natureza social e ambiental, durante os anos 2001 a 2018, observou-se que mesmo que os relatórios apresentem nomenclaturas diferentes para mesmos eventos, características ou indicadores sociais e ambientais em mais de um relatório, foi possível identificar que a Natura vem evidenciando e publicando relatórios de caráter socioambiental de maneira integrada, e, em vários momentos, destaca que pretende unificar características financeiras e não financeiras em um relatório integrado. Percebe-se, pelos dados coletados, que isso fica evidente a partir de 2014, o que denota uma evolução da empresa nessa perspectiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar a evolução dos relatórios contábeis de natureza ambiental e social no período compreendido entre os anos 2001 e 2018, para verificar o nível de evidenciação de tais informações contidos nos relatórios publicados pela Natura.

Nesse sentido, considera-se que em tempos atuais, em que assuntos acerca de desenvolvimento sustentável são muito debatidos, a Contabilidade sofre influências sociais, ambientais e econômicas e que, diante disso, é necessário a compreensão dessas informações para serem utilizadas como ferramentas de gestão e tomada de decisão, entendendo, também, os impactos das empresas com relação à sustentabilidade e sua influência na sociedade.

Diante disso, as empresas têm se preocupado com a publicação de seus investimentos no meio ambiente, divulgando tais informações por meio de relatórios desenvolvidos no âmbito da chamada contabilidade ambiental. Dessa maneira, companhias vem adotando práticas de evidenciação de informações relacionadas à preservação do meio ambiente, além de boas práticas de governança corporativa. Ademais, os usuários interessados nos relatórios financeiros das empresas estão se tornando cada vez mais exigentes com relação à contabilidade ambiental, já que tem sido utilizada como ferramenta útil e como base de avaliação de um crescimento sustentável das empresas.

De maneira geral, a partir da análise de um caso específico, verificou-se que nos relatórios que são exigidos sua publicação para companhias de capital aberto, como as Demonstrações Financeiras, a Natura aponta detalhes de informações sociais e ambientais, principalmente, em suas notas explicativas na DVA, apresentando a forma de distribuição do valor adicionado perante seus colaboradores, clientes, fornecedores e impactos ambientais.

Por outro lado, com relação a evolução dos relatórios que divulgam informações ambientais e sociais, observou-se que o Relatório GRI e Balanço Social, predominam em todos os períodos, destacando indicadores financeiros e não financeiros, o desempenho de suas atividades frente a clientes, colaboradores, fornecedores e impactos ambientais.

Porém, quanto ao Relato Integrado, a Natura aponta divulgar relatórios de sustentabilidade e da administração de forma conjunta desde 2002, mas sem um padrão, apresentando, principalmente, itens ambientais com relação aos impactos e ações preventivas e de sustentabilidade perante seu desempenho na sociedade. Entretanto, a empresa destaca que somente a partir de 2014, ela passou a divulgar o Relato Integrado nos padrões e também participando do projeto piloto do IIRC, sendo uma das pioneiras a publicar este relatório.

Nesse sentido, conforme aponta Carvalho e Kassai (2014), mesmo que a estrutura do Relato Integrado não determine indicadores de desempenho ou métodos de mensuração e divulgação de assuntos específicos definidos, o relatório não tem o objetivo de ser um novo relatório, mas sim, integrar e alinhar informações entre aqueles já existentes.

Nessa perspectiva, observa-se que a Natura, nos períodos analisados nesta pesquisa, buscou publicar e divulgar informações de caráter ambiental e social até mesmo quando ainda não tinha capital aberto em Bolsa de Valores. Dessa forma, há indícios de que a empresa procura divulgar tais informações de forma a reforçar sua responsabilidade social e ambiental perante a sociedade.

Adicionalmente, após a abertura de seu capital em 2004, nota-se que a empresa procurou melhorar seus relatórios, apresentando em relatórios mais recentes, indicadores GRI e relatórios mais completos, além de adotar padrões do IIRC com a divulgação do Relato Integrado.

Espera-se com a presente pesquisa, que contribua com a literatura com relação a análises de casos com empresas de capital aberto conhecidas por ações sustentáveis e o impacto dessas ações em seus relatórios publicados, além de apontar a evolução desses documentos. Como

sugestão de pesquisas futuras, aconselha-se a uma análise qualitativa dos relatórios contábeis de informações sociais e ambientais, para continuar avaliando como as empresas divulgam aspectos financeiros e não financeiros e a criação de valor.

REFERÊNCIAS

ALVES, N. J. F. Relato integrado e o formato da informação financeira para evidenciar a criação de valor das empresas do programa piloto. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoal, v. 5, n. 3, p. 99-122, set./dez. 2017.

AMBROZINI, L. S. Pressões internas e externas na utilização de padrões de divulgação de informações socioambientais amplamente aceitos: uma análise sobre estrutura de governança corporativa, ambiente institucional e a perspectiva de legitimização. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, UFSC, Florianópolis, SC, v. 14, n. 31, p. 3-25, jan./abr. 2017.

CARDOSO, C.; SILVA, L. M.; SILVA, R. P. Relato integrado: Divulgação dos Capitais Humano e Financeiro em instituições bancárias sob a ótica da Teoria da Sinalização. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 24, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: CBC, 2017. p. 1-15. Disponível em:
<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/4264/4264>. Acesso em: 21 maio 2019.

CARVALHO, L. N. Contabilidade e Ecologia: uma exigência que se impõe. Brasília: **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 75, p. 4-10, abr./jun. 1991.

CARVALHO, L. N.; KASSAI, J. R. Relato integrado: a nova revolução contábil. **Revista FIPECAFI**, v. 1, p. 21-34 ago. 2014.

CARVALHO, A. O.; MORAES, H. O. D. O desafio da mensuração e evidenciação da contabilidade ambiental. **Revista Eletrônica Científica do CRA-PR**, v. 3, n. 1, p. 35-52, 2015.

COMISSÃO BRASILEIRA DE ACOMPANHAMENTO DO RELATO INTEGRADO – **Consultation Draft of the International IR Framework** – biblioteca virtual do NECMA, 2013.

DIAS, C. et al. Evidenciação de Informações Socioambientais, Teoria da Legitimidade e Isomorfismo: Um Estudo Com Mineradoras Brasileiras. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, v. 1, n. 1, p. 100-118, 2014.

DI DOMENICO, D.; TORMEM, L.; MAZZIONI, S. Nível de disclosure nos relatórios de sustentabilidade em conformidade com o Global Reporting Initiative (GRI). **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, SC, v. 16, n. 49, p. 84-100, set./dez. 2017.

ECCLES, R. G., & KRZUS, M. P. **Relatório único: divulgação integrada para uma estratégia sustentável**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2011.

EY. **Relato integrado**: pensamento, estratégia e valor compartilhado. 2014.

FARIA, E. C.; NOGUEIRA, E. P. Sustentabilidade nos Principais Bancos Brasileiros: Uma Análise sob a Ótica da Global Reporting Initiative. **Revista Universo Contábil**, n. 8, v. 4, p. 119-139, 2012.

FARIA, M. J. da S. Tipos de divulgação da informação financeira e não financeira de responsabilidade social empresarial. **Cad. EBAPE.BR**, Edição Especial, v. 15, Rio de Janeiro, Set. 2017.

FERREIRA, L. F. et al. Indicadores de Sustentabilidade Empresarial: uma comparação entre os indicadores do balanço social IBASE e relatório de sustentabilidade segundo as diretrizes da global reporting initiative GRI. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 14, 2009. **Anais [...]**. SEGET, 2009. p. 1-15. Disponível em: [http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos09/445_445_Contabilidade_social_REV.seget\[2\].pdf](http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos09/445_445_Contabilidade_social_REV.seget[2].pdf). Acesso em: 09 nov. 2018.

FRAGALLI, A. C. et al. Relato Integrado de uma propriedade agrícola: um estudo de caso com base no framework do International Integrated Reporting Council (IIRC). In: ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS-ABC, 21, 2014, Natal. **Anais [...]**. Natal: CBC, 2014. p. 1-16. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewFile/3803/3804>. Acesso em: 09 nov. 2018.

FREITAS, B. F. G. de; FREIRE, F. de S. Relato Integrado: Um estudo da aderência da estrutura conceitual proposta pelo IIRC no Relatório Socioambiental do Conselho Federal de Contabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 12, n. 1, 2017.

GASPARINO, M. F.; RIBEIRO, M. de S. Análise de relatórios de sustentabilidade, com ênfase na GRI: comparação entre empresas do setor de papel e celulose dos EUA e Brasil. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, n. 1, v. 1, p. 102-105, 2007.

GRI. **About GRI**. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/information/about-gri/Pages/default.aspx>. Acesso em: 09 nov. 2018.

IBASE. **Balanço Social**. Disponível em: <http://ibase.br/pt/balanco-social/>. Acesso em: 08 nov. 2018.

IIRC. **Structure of the IIRC**. Disponível em: <http://integratedreporting.org/the-iirc-2/structure-of-the-iirc/>. Acesso em: 09 nov. 2018.

KASSAI, J.R.; KASSAI, J.R.S. **Risco Retorno e Sustentabilidade Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2013.

LUGOBONI, L. F. et al. Importância da sustentabilidade para as empresas do setor de energia elétrica: utilização de relatório de sustentabilidade com base no GRI. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, v. 5, n. 3, p. 04-25, 2015.

MADALENA, J. D. et al. Estudo dos relatórios de sustentabilidade GRI de empresas brasileiras. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 20, n. 1, p. 566-579, 2016.

NASCIMENTO, M. C. et al. Relato Integrado: Uma Análise do Nível de Aderência das Empresas do Novo Mercado aos Indicadores-Chave (KPIs) dos Capitais Não Financeiros. In: CONGRESSO USP CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, 15, 2015, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2015. p. 1-16. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos152015/343.pdf>. Acesso em: 21 maio 2019.

NATURA. **Nossa história**. 2019. Disponível em: <https://www.natura.com.br/>. Acesso em: 10 abril 2019.

PEREIRA, R. M. et al. Disclosure socioambiental das empresas de capital aberto listadas no índice de sustentabilidade empresarial. **Revista de Administração e Contabilidade – RAC**, ano 16, n. 32, p. 120-143, jul./dez., 2017.

PEROTTINI, M. A. Balanço Social: responsabilidade, padronização e obrigatoriedade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 134, p. 50-59, 2002.

QUILICE, T. F.; CALDANA, A. C. F. Aspectos negativos no modelo de reporte proposto pela GRI: a opinião das organizações que reportam. **Revista de Administração**, v. 50, n. 4, p. 405-415, 2015.

RIBEIRO, M. de S. Uma reflexão sobre as oportunidades para a contabilidade ambiental. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 17, ed. Especial, p. 4-17, out. 2012.

RIBEIRO, V. C. et al. Contabilidade ambiental: visão teórica, definição e tendências. **Facit Business and Technology Journal**, v. 1, n. 1, 2017.

RODRIGUES, J. J. M.; DUARTE, M. M. R. F. R. Relato da responsabilidade social, ambiente e competitividade: enquadramento teórico. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 7, n. 4, p. 138-155, out./dez., 2011.

SLEWINSKI, E.; CAMACHO, R. R.; SANCHES, S. L. R. Análise Bibliométrica e Paradigmática da Produção Científica sobre Relato Integrado nos Periódicos Internacionais de Contabilidade. In: CONGRESSO USP CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, 15, 2015, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2015. p. 1-16. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos152015/298.pdf>. Acesso em: 21 maio 2019.

TREVISAN, F. A. Balanço social como instrumento de marketing. **RAE-eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 2-12, 2002.